

Brasília, 05 de junho de 2026

Seleção

Sumário

Jornal GGN Online

Quinta-feira, 04 de junho de 2026 | Propriedade Intelectual

Seção 301 e guerra jurídica: quando o direito vira arma contra o Brasil, por André M... .. 3

Metrópoles Online

Sexta-feira, 05 de junho de 2026 | Pirataria

Ameaça de tarifaço: o que diz lei da Reciprocidade aprovada em 2025 7

Economia & Negócios - Estadão

Quinta-feira, 04 de junho de 2026 | Pirataria

Vieira diz que tarifas dos EUA desconsideram realidade do Brasil e relação precisa... .. 10

O Globo

Sexta-feira, 05 de junho de 2026 | Propriedade Intelectual

Argumentos das EUA não são legítimos, diz Vieira 12

Seção 301 e guerra jurídica: quando o direito vira arma contra o Brasil, por André Matheus



4 de junho de 2026

por André Matheus

Siga o Jornal GGN no Google e receba as principais notícias do Brasil e do Mundo Seguir no Google

O recente relatório da Seção 301 dos Estados Unidos contra o Brasil revela o uso estratégico do direito interno norte-americano como instrumento de coerção econômica e política, em um padrão de guerra jurídica que desafia a soberania regulatória e o desenvolvimento nacional.

1. Não é "só" tarifa: é uma escolha de armas

A primeira tentação, ao olhar para o novo relatório da Seção 301 dos EUA sobre o Brasil, é tratá-lo como mera notícia de economia: mais uma rodada de tarifas, mais uma disputa comercial, mais uma "pressão" que será resolvida na negociação diplomática (VEJA, 2026; G1, 2026; AGÊNCIA BRASIL, 2026). Essa leitura é confortável, mas insuficiente. Quando um país usa a sua própria lei interna para investigar políticas de outro Estado, declarar que essas políticas são "injustas" ou "discriminatórias" e, a partir daí, autorizar sanções unilaterais com impacto potencialmente bilionário, não estamos diante de um detalhe técnico. Estamos diante de uma escolha de armas: o direito como instrumento de guerra em tempos de paz (DUNLAP JR., 2009; CARLSON; YEOMANS, 1975).

Guerra jurídica, ou lawfare, não se resume a operações penais midiáticas ou ao uso do processo para

perseguir adversários internos (PRONER; CITTADINO; RAMOS FILHO, 2018; FREITAS et al.,

2024). Ela também se manifesta quando normas, relatórios e procedimentos administrativos são mobilizados para impor custos econômicos e políticos a outro Estado, sem um árbitro neutro e fora dos mecanismos multilaterais de solução de controvérsias (DUNLAP JR., 2009; WATTS, 2014). É exatamente isso que está em jogo na nova ofensiva da Seção 301.

2. O que é a Seção 301: e o que ela virou

A Seção 301 do Trade Act de 1974 é uma lei norte-americana que autoriza o Executivo a investigar se outros países estariam adotando práticas comerciais "injustificáveis", "injustas" ou "discriminatórias" contra interesses dos EUA e, se for o caso, aplicar medidas unilaterais de retaliação - principalmente tarifas adicionais (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2019; MCKINSEY GLOBAL INSTITUTE, 2024). Em teoria, trata-se de um instrumento de defesa comercial. Na prática, ela se consolidou como uma espécie de "canhão jurídico" externo: um mecanismo doméstico, controlado exclusivamente por Washington, por meio do qual os EUA investigam, julgam e punem outros Estados à margem do sistema multilateral de comércio (IRIS, 2025; INSTITUTO ESPAÑOL DE ESTUDIOS ESTRATÉGICOS, 2026).

Em vez de levar a controvérsia à Organização Mundial do Comércio (OMC), onde haveria, ao menos em tese, um painel relativamente neutro, o governo norte-americano escolhe ser vítima, investigador, acusador, juiz e executor ao mesmo tempo (COLUMBIA SIPA, s.d.). Tudo revestido de formalidade jurídica: consulta pública, relatório técnico, justificativas detalhadas (PODER360, 2026; G1, 2026). É direito, mas é direito armado.

3. O alvo da vez: políticas internas brasileiras

O recente relatório sobre o Brasil é exemplar dessa lógica. Sob o rótulo de "práticas comerciais injustas", o texto passa a examinar e criticar escolhas regulatórias brasileiras em temas que vão muito além

de tarifas clássicas (G1, 2026; AGÊNCIA BRASIL, 2026). A investida estrangeira questiona diretamente o desenho de políticas de pagamentos e de infraestrutura financeira, a forma de regulação ambiental brasileira (com especial ênfase em desmatamento e fiscalização), a proteção de direitos de **propriedade intelectual**, a aplicação de normas anticorrupção e de compliance, e até mesmo o combate a trabalho análogo ao de escravo em nossas cadeias produtivas.

Em outras palavras, a Seção 301 se transforma em instrumento para revisar, sob a ótica de Washington, o conteúdo de políticas internas brasileiras (INSTITUTO ESPAÑOL DE ESTUDIOS ESTRATÉGICOS, 2026; IRIS, 2025). Não se discute apenas se um produto entra com alíquota de 10% ou 20%; discute-se se o nosso modelo de desenvolvimento, as nossas regras ambientais, o nosso sistema de combate à corrupção e até nossas infraestruturas digitais são "aceitáveis" ou "injustificáveis" segundo critérios definidos unilateralmente pelos EUA (COLUMBIA SIPA, s.d.; MONITOR DA DEMOCRACIA, 2025). Quando, ao final desse processo, se recomenda a aplicação de tarifas de até 25% sobre uma ampla gama de exportações brasileiras, o recado é claro: ou vocês ajustam suas políticas internas às expectativas norte-americanas, ou pagarão um preço pesado nas exportações (VEJA, 2026; G1, 2026; O GLOBO, 2026). Isso é coerção, coerção jurídica, com efeitos econômicos, portanto, guerra jurídica (DUNLAP JR., 2009; FREITAS et al., 2024).

4. O ritual jurídico como legitimação da força

Uma das característica central da guerra jurídica é o uso do próprio rito jurídico como instrumento de legitimação da força (DUNLAP JR., 2009; WATTS, 2014). A Seção 301 exhibe essa lógica em detalhe. Há publicação de aviso, prazo para contribuições, audiências e um relatório final com dezenas ou centenas de páginas. Empresas, associações e governos estrangeiros podem se manifestar (PODER360, 2026; AGÊNCIA BRASIL, 2026). Tudo parece muito racional, transparente, técnico.

Mas, no fundo, três fatos permanecem inalterados: o foro é unilateral, pois o Brasil não escolhe a jurisdição, ela lhe é imposta; o julgador é interessado, já que quem decide é o próprio governo que se diz prejudicado; e a sanção é estritamente política, porque, ainda que haja algum refinamento técnico,

o momento de apertar ou afrouxar o torniquete tarifário é uma decisão de poder (INSTITUTO ESPAÑOL DE ESTUDIOS ESTRATÉGICOS, 2026; COLUMBIA SIPA, s.d.). Em linguagem de sala de aula, poderíamos dizer que a Seção 301 é um "processo administrativo armado": cumpre formalidades mínimas, mas é desenhada para maximizar a liberdade de ação de quem detém o poder econômico e político (IRIS, 2025). O direito, aqui, funciona menos como limite e mais como embalagem de legitimidade.

5. Da economia ao projeto de país

O impacto desse tipo de medida sobre o Brasil vai além da perda imediata de competitividade de determinados setores (VEJA, 2026; O GLOBO, 2026). Ele atinge o núcleo do planejamento de longo prazo. Se políticas ambientais mais rigorosas ou mais brandas podem ser enquadradas como "práticas desleais"; se o modelo de sistema de pagamentos pode ser denunciado como "distorção competitiva"; se a forma de organizar a governança anticorrupção pode ser qualificada como "insuficiente", tudo isso sujeito à punição tarifária, então a soberania regulatória brasileira passa a operar sob permanente ameaça (FREITAS et al., 2024; SANTOS, 2016).

Planejar um projeto nacional de desenvolvimento em ambiente assim é como tentar construir uma casa sabendo que o vizinho mais rico pode, a qualquer momento, mudar unilateralmente as regras de recuo, altura, materiais e, ainda, multar você retroativamente se achar que o projeto o incomoda (MCKINSEY GLOBAL INSTITUTE, 2024). Não é apenas comércio. É política industrial, ambiental, tecnológica e social submetida a um regime de tutela informal, exercido por meio de instrumentos jurídicos alheios à nossa ordem constitucional (SANTOS, 2016; VIEIRA, 2018).

6. "Mas não é só proteger direitos humanos?"

Um discurso recorrente para justificar medidas desse tipo é o apelo a agendas moralmente legítimas: direitos humanos, combate ao trabalho forçado, proteção ambiental, luta contra a corrupção (COLUMBIA SIPA, s.d.; MONITOR DA DEMOCRACIA, 2025). Aqui é importante fazer um duplo movimento de honestidade intelectual. O primeiro passo consiste em reconhecer que o Brasil tem, sim, problemas graves nessas áreas, e que precisa enfrentá-los com seriedade, independentemente de

pressão externa (SANTOS, 2016; FREITAS et al., 2024). O segundo passo, simultâneo, exige manter o espírito crítico diante do uso seletivo dessas bandeiras por potências que nem sempre aplicam a si mesmas o padrão que exigem dos outros, e que escolhem com lupa quando transformar um "problema" em "caso" com sanção (IRIS, 2025; INSTITUTO ESPAÑOL DE ESTUDIOS ESTRATÉGICOS, 2026).

Direitos humanos e proteção ambiental não podem ser reduzidos a pretextos aceitos automaticamente, sem discussão, para medidas que têm, no limite, características de guerra econômica (DUNLAP JR., 2009; WATTS, 2014). Quando isso acontece, estamos diante de lawfare: o uso de linguagens nobres do direito para atingir objetivos de poder (PRONER; CITTADINO; RAMOS FILHO, 2018; FREITAS et al., 2024). Defender essas agendas com convicção e, ao mesmo tempo, recusar sua instrumentalização externa é um equilíbrio difícil, mas indispensável para qualquer país que queira se levar a sério (SANTOS, 2016).

7. O que fazer diante da guerra jurídica?

Se aceitarmos que o uso da Seção 301 contra o Brasil é uma forma de guerra jurídica, não basta indignação retórica. É preciso pensar em respostas de Estado (FREITAS et al., 2024; VIEIRA, 2018), e no mínimo três linhas de ação coordenadas se impõem. A primeira delas diz respeito a uma reação jurídica e diplomática multilateral, pois, mesmo enfraquecido, o sistema da OMC continua sendo um espaço em que medidas unilaterais podem ser questionadas. Acionar mecanismos de solução de controvérsias, articular-se com outros países afetados por ofensivas semelhantes e produzir um contencioso qualificado contra o abuso de justificativas genéricas, como "segurança nacional" ou "práticas injustas", é essencial para, ao menos, elevar o custo político dessas iniciativas (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2019; COLUMBIA SIPA, s.d.; MONITOR DA DEMOCRACIA, 2025).

A segunda vertente envolve o refinamento das políticas internas, sem submissão automática. A melhor defesa contra narrativas de "país leniente" em temas sensíveis é enfrentar, de fato, nossas vulnerabilidades: trabalho análogo ao de escravo, desmatamento ilegal, fragilidades de fiscalização e lacunas de compliance (SANTOS, 2016; FREITAS et al., 2024). Mas isso precisa ser feito com base em diag-

nósticos próprios, participativos, enraizados na realidade brasileira, não apenas como reflexo automático da última lista ou ameaça externa (VIEIRA, 2018). Por fim, a terceira linha exige a construção de autonomia estratégica. Diversificar mercados, fortalecer cadeias regionais de valor, investir em tecnologia e reduzir a dependência em relação a centros que utilizam seu direito interno como arma configura um projeto de longo prazo (MCKINSEY GLOBAL INSTITUTE, 2024; IRIS, 2025). Não há receita mágica, mas reconhecer que a guerra jurídica existe já é metade do caminho para não aceitar, passivamente, que o futuro do país seja desenhado em relatórios produzidos em outros idiomas, em outras capitais.

8. Nomear para não naturalizar

Chamar o recente relatório da Seção 301 de guerra jurídica não é retórica inflamada. É, antes de tudo, um antídoto contra a naturalização do processo (DUNLAP JR., 2009; FREITAS et al., 2024). Enquanto tratarmos esses movimentos como simples "oscilações da política comercial", seguiremos reagindo caso a caso, setorialmente, sem perceber o desenho maior de um mundo em que o direito virou arma central de coerção (IRIS, 2025; INSTITUTO ESPAÑOL DE ESTUDIOS ESTRATÉGICOS, 2026).

O Brasil pode até não ter como evitar, no curto prazo, todos os impactos dessa ofensiva. Mas pode escolher se vai enxergá-la como algo "normal", um mero custo de estar no mundo, ou como aquilo que ela realmente é: mais um capítulo de uma guerra travada sem tiros, mas com consequências profundas para a sua soberania e seu desenvolvimento (SANTOS, 2016; VIEIRA, 2018).

Referências:

- AGÊNCIA BRASIL. EUA propõem tarifas a 60 países, incluindo o Brasil. Brasília, 2026.
- CARLSON, John; YEOMANS, Neville. Whither Goeth the Law - Humanity or Barbarity. 1975.
- COLUMBIA SIPA. The Weaponization of Trade. Nova York, s.d.
- DUNLAP JR., Charles J. Lawfare: A Decisive Element of 21st-Century Conflicts? Joint Force Quarterly, n. 54, 2009.
- FREITAS, Lorena et al. Lawfare, democracia e a transição inacabada. Revista da ESG, 2024.

G1. EUA concluem investigação e propõem tarifa de 25% sobre o Brasil. Rio de Janeiro, 2026.

INSTITUTO ESPAÑOL DE ESTUDIOS ESTRATÉGICOS. Tariff conflict in the Trump era: from fiscal instrument to geopolitical weapon. Madri, 2026.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. International Trade: Commerce among Nations. Washington, D.C., 2019.

IRIS. Trump and the Tariff Weapon: Economics in the Service of an Aggressive Geopolitics. Paris, 2025.

MCKINSEY GLOBAL INSTITUTE. Geopolitics and the geometry of global trade. Nova York, 2024.

MONITOR DA DEMOCRACIA. Guerra tarifária. Brasília, 2025.

O GLOBO. Tarifa dos EUA tem exceções, de café e carnes a terras-raras e aeronaves. Rio de Janeiro, 2026.

PODER360. Leia a íntegra da nova proposta de tarifa dos EUA contra o Brasil. Brasília, 2026.

PRONER, Carol; CITTADINO, Gisele; RAMOS FILHO, Wilson (org.). Lawfare: o calvário da democracia. Porto Alegre, 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A difícil democracia: reinventar as esquerdas. São Paulo: Boitempo, 2016.

VEJA. O que se sabe sobre as novas tarifas de Trump contra o Brasil. São Paulo, 2026.

VIEIRA, Oscar Vilhena. A batalha dos poderes. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

WATTS, Sean. Lawfare, Juridicization, and the Transformation of War. Harvard National Security Journal, 2014.

Ameaça de tarifaço: o que diz lei da Reciprocidade aprovada em 2025



Aprovada por unanimidade no Congresso Nacional, a lei de reciprocidade permite que o Brasil retalhe países que condições comerciais

O governo brasileiro afirmou que avalia usar a Lei de Reciprocidade contra os Estados Unidos (EUA) em caso de confirmação das tarifas de 25% sugeridas pelo Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR) na última segunda-feira (1º/6).

Além da indicação de taxaço em 25%, o governo americano também propôs taxas de 12,5% ao Brasil, na última quarta-feira (3/6), sob alegação de altas taxas de trabalho forçado no país. Se somadas, as taxas podem chegar a 37,5%.

Em nota, o governo brasileiro afirmou que "usará de seu direito de recorrer aos instrumentos previstos na Lei de Reciprocidade, para fazer face a situações de injustiça contra o Estado brasileiro, sem amparo nas regras do comércio internacional".

Entenda o que é a Lei de Reciprocidade



Ameaça de tarifaço: o que diz lei da Reciprocidade aprovada em 2025 - destaque galeria Ameaça de tarifaço: o que diz lei da Reciprocidade aprovada em 2025 - destaque galeria

Aprovada por unanimidade pelo Congresso Nacional em 2025, a Lei de Reciprocidade permite que o governo adote medidas para proteger a economia brasileira por meio de sanções contra ações estrangeiras que impactem negativamente a competitividade internacional do país.

O texto prevê que a medida pode ser utilizada caso um país ou bloco econômico ameace ou imponha barreiras comerciais, financeiras ou de investimento de forma unilateral.

Além disso, estabelece utilização em casos de países estrangeiros violando termos de acordos comerciais, prejudicando as empresas brasileiras e em caso de adoção de medidas financeiras baseadas em exigências ambientais que sejam mais restritivas que as previstas pela Constituição Federal.

Para esses casos, o texto prevê medidas que podem ser utilizadas pelo governo em resposta:

Imposição de taxas para à importações de produtos e serviços exportados pelo país que impôs a barreira comercial, incluindo a sobretaxa de produtos de setores específicos;



Novo embate comercial entre Brasil e Estados Unidos reacende discussões sobre tarifas e leva governo e Congresso a avaliarem estratégias de reação à proposta norte-americana de taxar produtos brasileiros. Novo embate comercial entre Brasil e Estados Unidos reacende discussões sobre tarifas e leva governo e Congresso a avaliarem estratégias de reação à proposta norte-americana de taxar produtos brasileiros.

Descumprimento de acordos comerciais firmados com o país que impôs alguma barreira comercial unilateral contra o Brasil.

Apesar de a possibilidade de utilização da medida estar sendo cogitada pelo governo, congressistas afirmam que este ainda não é o momento, principalmente porque as tarifas ainda não foram concretizadas.

Segundo a senadora Tereza Cristina (PP-MS), o momento exige intensificação do diálogo e das negociações com os Estados Unidos.

"Eu acho que ainda não [é a hora]. A reciprocidade é quando você esgota todas as fases de negociação [] Nós não podemos fechar portas. Mais um motivo para estarmos mais ativos nessa diplomacia", disse.

Entenda as acusações dos EUA para propor tarifaço



Lula e Trump em foto oficial na Casa Branca
Lula e Trump em foto oficial na Casa Branca

O documento divulgado pelo governo americano sustenta que políticas adotadas pelo Brasil seriam irrazoáveis e estariam prejudicando empresas americanas.

Estão presentes no texto, pontos como o Pix, regras de comércio digital, **propriedade intelectual**, etanol, combate ao desmatamento e corrupção, além de mencionar decisões da justiça brasileira envolvendo plataformas digitais, incluindo ordens para remoção de conteúdos e aplicação de multas a empresas que descumprem determinações judiciais.

O relatório ainda critica aspectos da política comercial brasileira, como a concessão de tarifas preferenciais a países como México e Índia, além de apontar supostas falhas no combate à corrupção e na proteção à **propriedade intelectual**, incluindo demora na análise de **patentes** e dificuldades no enfrentamento à **pirataria**.

Na avaliação dos Estados Unidos, apesar de haver marcos legais, persistiriam falhas na implementação de políticas.

6 imagens Fechar modal. 1 de 6 Presidente Lula em reunião com o presidente dos EUA, Donald Trump
Ricardo Stuckert / PR 2 de 6 Novo embate comercial entre Brasil e Estados Unidos reacende discussões sobre tarifas e leva governo e Congresso a avaliarem estratégias de reação à proposta norte-americana de taxar produtos brasileiros
Ricardo Stuckert/PR 3 de 6 Lula e Trum foto oficial na Casa Branca
Ricardo Stuckert/PR 4 de 6 Lula e Trum encontro na Casa Branca
Reprodução/ Ricardo Stuckert/ PR 5 de 6 Trum encontro com Lula
Andrew Harnik/ 6 de 6 Ricardo Stuckert/PR



Trump em encontro com Lula
Trump em encontro com Lula

Entenda como está a relação entre os países

A relação entre Brasil e Estados Unidos se deteriora após proposta de tarifa de 25% sobre produtos brasileiros.

e se deteriora após proposta de tarifa de 25% sobre produtos brasileiros. Documento do USTR acusa o Brasil de adotar práticas "irrazoáveis" e mira desde o Pix até regras de comércio digital e **propriedade**

intelectual;

e mira desde o Pix até regras de comércio digital e **propriedade intelectual**; Governo Lula reage e vê falta de base técnica nas alegações, além de classificar trechos como "absurdos" ;

; Apesar da escalada, interlocutores avaliam que o cenário poderia ser mais duro, já que o texto prevê exceções e possibilidade de negociação ;



Ameaça de tarifaço: o que diz lei da Reciprocidade aprovada em 2025 - imagem 6 Ameaça de tarifaço: o que diz lei da Reciprocidade aprovada em 2025 - imagem 6

; Negociações seguem abertas via grupo bilateral, enquanto os EUA iniciam consulta pública antes de decidir sobre as sanções.

Próximos passos

O governo tenta diálogo com as autoridades americanas para reverter as possíveis sanções. No dia 6 de junho haverá uma audiência pública com representantes dos dois países para esclarecer os pontos tratados pelo relatório.

Caso ainda assim os EUA decidirem prosseguir com a taxaço, o governo pretende continuar dialogando para reverter o processo. O ministro da Fazenda, Dario Durigan, afirmou não ter problemas em ir até Washington, nos EUA, para tratar sobre o tema com o secretário do tesouro americano, Scott Bessent.

Além disso, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deve participar do encontro do G7, maiores economias do mundo, que ocorre a partir do dia 15 de junho, na França. A expectativa é que exista um encontro com o presidente americano, Donald Trump, para discutir a política comercial entre os países.

Vieira diz que tarifas dos EUA desconsideram realidade do Brasil e relação precisa ser normalizada



Abrir o resumoBRUXELAS* - O ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, afirmou que nesta quinta-feira, 4, que o governo Donald Trump ignorou os argumentos levados pelo Brasil para responder às duas investigações comerciais que terminaram com proposta de novo tarifaço ao País.PUBLICIDADE O anúncio das tarifas, antes do fim do prazo acordado entre os presidentes para tratativas, foi visto pelo governo Lula como uma decisão política do governo Trump e um tipo de ameaça. De Paris, o ministro relatou ao Estadão como foi a conversa com o representante comercial dos Estados Unidos (USTR), embaixador Jamieson Greer, na véspera. Eles se encontraram brevemente antes de uma plenária da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). "Lembrei a ele que o anúncio das recomendações em favor das novas tarifas contra o Brasil ocorreu dentro do prazo de 30 dias que os presidentes Lula e Trump estabeleceram para que se buscasse uma solução.

Também disse a ele que isso nos obriga a redobrar esforços nos próximos dias para cumprir essa instrução dos presidentes e criar um mapa do caminho para normalizar de vez a relação no campo econômico-comercial", disse Vieira. Ele ouviu do americano que ainda há espaço para negociação.PublicidadeA interação breve ocorreu logo depois que o USTR recomendou ao presidente Trump a aplicação de novas tarifas ao País, sendo 25% por supostas práticas desleais na relação bilateral, e mais 12,5% por não proibir e coibir efetivamente a importação de produtos feitos com regime de trabalho forçado. Isso porque Greer concluiu que há prejuízo à competição com empresas americanas no País e

fora dele.As duas apurações foram conduzidas em processos com base na Seção 301 da Lei de Comércio dos EUA, de 1974, e para o governo Lula vão dar base legal para Trump restituir o tarifaço, derrubado pela Suprema Corte americana.

A tarifa global temporária de 10% que o substituiu está prestes a caducar.Na primeira investigação, os EUA acusam o Brasil de práticas desleais sobre o comércio digital e o sistema eletrônico de pagamentos (Pix), combate à corrupção falho, existência de pirataria(propriedade intelectual), prevalência do desmatamento ilegal, de dar tarifas preferenciais a México e Índia e de não permitir o acesso ao mercado de etanol.Na segunda, afirmaram dizem que é injustificável a falha do Brasil nas políticas e práticas contra o trabalho escravo. O USTR diz que os casos de trabalho análogo à escravidão na cadeia da pecuária brasileira dão vantagem competitiva ao Brasil, em competição com os americanos, na disputa pelo mercado de carne bovina congelada na China, de quem também cobram fiscalização.Publicidade"As recomendações desta semana do USTR não indicaram nenhuma disposição de levar em conta nossos argumentos e a nossa realidade", afirmou Vieira, citando dois exemplos: desmatamento e etanol."A questão do desmatamento chama a atenção pela injustiça: sob a liderança do presidente Lula, o Brasil reduziu o problema, com números impressionantes, e caminha para cumprir a meta de zerar o desmatamento ilegal até 2030.

As autoridades norte-americanas sabem disso", afirmou o chanceler."Se compararmos com 2022, último ano da gestão Bolsonaro, reduzimos pela metade, em 2025, a área desmatada na Amazônia Legal. E de acordo com levantamento do MapBio-mas, divulgado há poucos dias, no ano passado o desmatamento nos seis biomas brasileiros foi o menor nos últimos anos", disse Vieira."Em vez de tarifas, o que o governo norte-americano deveria fazer era nos dar os parabéns pela rápida e significativa redução nas taxas de desmatamento. Isso sem falar no Pix, que é um patrimônio dos brasileiros."PublicidadePUBLICIDADE De todos os seis quesitos investigados pelos EUA, há desde o ano

Continuação: Vieira diz que tarifas dos EUA desconsideram realidade do Brasil e relação precisa ser normalizada

passado nos bastidores do governo uma discussão sobre ceder ou não no etanol. O caso é a tarifa mais explicitamente questionada nos documentos do USTR. Os EUA se queixam de aplicar uma tarifa de 2,5% ao etanol brasileiro e de o Brasil praticar uma de 18%.

O governo brasileiro, porém, desde o ano passado, em linha com o setor privado, decidiu responder

vinculando o etanol às barreiras de acesso do açúcar no mercado dos EUA. O argumento é reforçado pelo ministro. O Itamaraty não quer antecipar que posição vai levar à mesa. "No caso do etanol, cabe lembrar que eles se queixam da nossa tarifa, mas cobram tarifa quatro vezes maior para importar o nosso açúcar", disse.* O repórter viajou a convite da Delegação da União Europeia no Brasil

Argumentos dos EUA não são legítimos, diz Vieira



Ministro relata que representante de Comércio americano afirmou "estar pronto" para conversar com o Brasil. Expectativa do Planalto é avançar em negociação até 15 de julho. Há mais chance de chegar a entendimento sobre tarifa de 25% contra o país.

Depois de os Estados Unidos anunciarem uma nova rodada de sobretaxas de até 12,5% a um grupo de 60 países, que incluiu o Brasil, o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, afirmou ontem, em Paris, que o governo brasileiro rebateu com provas todos os argumentos usados pela gestão de Donald Trump para justificar a imposição de novas tarifas. O chanceler disse à GloboNews que as razões apresentadas por Washington "não são legítimas".

Nesta semana, os EUA divulgaram dois relatórios sobre investigações conduzidas com base na Seção 301, da Lei de Comércio. Na primeira delas, anunciada na terça-feira, o governo Trump impôs um tarifação de 25% sobre produtos brasileiros, em um processo sobre práticas comerciais que considera desleais, que vai do uso do Pix, passando por questões de **propriedade intelectual**, a decisões judiciais e desmatamento. O relatório pondera que determinados atos, políticas e práticas do governo brasileiro são "irrazoáveis" e "onera ou restringem" o comércio dos EUA com o país.

No dia seguinte, Washington anunciou a proposta de uma tarifa de até 12,5% a 60 países por supostas

falhas relacionadas ao combate ao "trabalho forçado", o que significaria que o Brasil, por exemplo, não impede a entrada aqui de produtos de países que desrespeitam essas regras. O relatório também aponta irregularidades no Brasil em segmentos específicos. O movimento foi interpretado por economistas e especialistas em comércio exterior como uma tentativa de Trump de reerguer seu "muro tarifário" depois que a Suprema Corte dos EUA derrubou em fevereiro o tarifação anunciado pelo republicano em 2025.

Em ambos os casos, as tarifas não entrarão em vigor imediatamente. Serão submetidas a audiências, e espera-se uma decisão em julho.

CAMINHO DO DIÁLOGO

O Brasil reagiu em nota com tom mais duro às tarifas vinculadas a "trabalho forçado", chamando a decisão dos EUA de absurda, lastimável e dizendo que o tema da proteção de condições dignas dos trabalhadores está sendo desvirtuado para servir de justificativa para medidas protecionistas unilaterais. O governo reforçou que, se não for possível chegar a um entendimento, poderia recorrer à chamada Lei da Reciprocidade, aprovada no Congresso no ano passado (veja detalhes no box ao lado). Vieira conversou com o representante de Comércio dos EUA, Jamieson Greer, com quem participou ontem de um encontro da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em Paris.

Diálogo. Jamieson Greer: "ótimas conversas"

- Conversamos, ele disse que estavam tendo ótimas conversas com o Brasil. Eu disse que é do nosso interesse manter conversas, sobretudo depois dos anúncios, dos laudos, dos relatórios finais das duas investigações sobre a Seção 301. Ele disse que estava pronto para continuar a conversa e que o diálogo tinha sido muito bom - disse Vieira à GloboNews em Paris.

Uma autoridade brasileira que acompanha essas conversas diz que o governo Lula já enxerga a data de 15 de julho como um prazo definitivo para os EUA e, portanto, alguma decisão deverá ocorrer até

lá. A expectativa é que as negociações possam avançar até a data para buscar alguma alternativa.

Apesar de o governo brasileiro ter reafirmado que poderia usar a Lei de Reciprocidade, um auxiliar de Lula diz que esse não deve ser o caminho escolhido no momento, funcionando por ora apenas como alternativa. Lula sinalizou na quarta-feira que pretende comparecer à reunião do G7. Seria um caminho também para um eventual encontro com Trump, embora não haja qualquer agenda marcada neste sentido.



Encontro. O Chanceler Mauro Vieira conversou com o representante de Comércio dos EUA

Na avaliação de integrantes do governo, será mais fácil reverter por meio de negociação a eventual taxaço de 25% contra o Brasil do que a de 12,5% anunciada contra uma série de parceiros comerciais de Washington. A avaliação do governo brasileiro é que, como a sugestão de taxaço relativa a trabalho forçado atinge países inclusive alinhados aos EUA, como a Argentina, seria difícil obter um acordo para livrar o Brasil.

A taxaço relacionada ao trabalho forçado, porém, pode servir de argumento nas negociações para impedir a aplicação da tarifa de 25%. Na mesa de negociação, os representantes do governo podem

dizer que o país já está submetido à tarifa de 12,5% e não precisaria de uma nova taxaço.

ABERTURA DE MERCADO

O governo também avalia incluir nas negociações com os EUA a possibilidade de ampliar a abertura do mercado brasileiro a produtos americanos, como equipamentos da área de saúde e do setor de tecnologia.

Em resposta às críticas após o anúncio da recente rodada de taxaços, Greer sinalizou confiança de que o governo americano poderá implementar novas tarifas sem violar os termos de acordos bilaterais, afirmando que "um acordo é um acordo" para economias como União Europeia e Japão, que já negociaram com Trump limites para as tarifas americanas sobre exportações para os EUA.

- Precisamos proteger nossa economia - afirmou.

O que diz a Lei de Reciprocidade

> O projeto foi aprovado no Congresso e sancionado pelo presidente Lula em abril de 2025, em reação ao primeiro tarifaço de Trump.

> A lei permite a adoção de medidas em resposta a ações estrangeiras que "impactem negativamente a competitividade internacional brasileira".

> Pode ser usada em três casos: quando um país ou bloco ameaçar ou impuser de forma unilateral barreiras comerciais, financeiras ou de investimento para interferir em decisões soberanas do Brasil; se houver violação de termos de acordo comercial com o Brasil; e se forem adotadas medidas comerciais baseadas em exigências ambientais mais restritivas que as da Constituição.

> Segundo a lei, o Brasil pode impor taxas para importação de produtos vendidos pelo país que impôs barreira comercial, pode sobretaxar produtos de setores específicos ou descumprir acordos comerciais firmados com quem impôs barreira unilateral. (B.L.)

Índice remissivo de assuntos

Patentes	5,6,7
Pirataria	5,6,7,8,9
Propriedade Intelectual	1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11